

# Imobiliárias criticam modificações na lei

AJ07384

## que regula loteamentos

Os proprietários de empresas imobiliárias levantaram ontem, durante a reunião realizada na Associação Comercial, os problemas de ordem social e econômica que poderão surgir com a aprovação do projeto que exige uma infra-estrutura prévia ao lançamento de loteamentos.

Eles asseguram que nem as empresas de grande porte poderão continuar existindo e que o setor habitacional terá de ser entregue às multinacionais, — alegam que somente elas poderão fazer loteamentos de acordo com o projeto de lei que tramita na Assembleia Legislativa.

Segundo o empresário Marinho Nogueira, caso as imobiliárias do Espírito Santo deixem de fazer os lançamentos, problemas de toda a ordem ocorrerão, principalmente os sociais, como desemprego para uma grande parte da população, uma vez que a construção civil será atingida.

Um outro setor também prejudicado segundo Marinho Nogueira será o econômico. Para ele mais de 30 por cento das rendas do Estado são os lançamentos imobiliários, e se eles não forem realizados, resen-tirão as agências de publicidade, as construtores e o grande número de corretores que vivem de um trabalho coligado.

— Se ficarmos a depender da Cesan e Escelsa, serão necessários três a quatro anos para se aprovar um loteamento e isso fará com que os lotes custem mais caro. Neste caso somente vamos vender às pessoas de maiores

recursos, uma minoria. Assim, poderemos fechar as nossas portas.

### TECNOCRATAS

Para o diretor da Patrimônio, Antônio Caldas Britto, as classes produtoras do Brasil precisam tomar uma posição séria no sentido de fazer com que o Governo tenha conhecimento de sua importância.

— O que vem acontecendo e que a direção do País foi assomada por tecnocratas, pessoas de boa vontade mas sem o conhecimento das realidades, diz o empresário.

— Esses dirigentes do País vêem as classes produtoras sempre com má vontade, como se fôssemos um inimigo da população. A partir daí, fazem uma série de legislação para prejudicar as classes produtoras a título de benefício para o povo, quando, na realidade, prejudicam, porque as empresas têm de encontrar um meio de continuar atuando e, sem elas, o País não poderá funcionar.

— Com isso — acrescenta Antônio Caldas a população está sendo cada vez mais onerada e, se formos verificar o pacote de leis no sentido de prejudicar os produtores, podemos

verificar isso. Os setores mais dinâmicos da economia brasileira são os mais atingidos como a indústria da construção com a recente proibição do desconto de comissões e duplicatas pelo setor imobiliário.

Salienta também que deve ser tomada uma posição para que, a cada legislação a ser lançada o Governo ouça o setor a ser atingido para que tome conhecimento da realidade, porque o Governo tem uma visão distorcida em relação à verdade da economia e parte para uma legislação absurda.

Quando vemos uma mensagem como esta do Governo do Estado, concluímos que o Governo não tem conhecimento da problemática dos loteamentos em relação ao Espírito Santo. É exatamente a visão que se tem do empresário - a de malfetor - e se é assim o Governo tem que prejudicá-lo, taxá-lo e isso vem a repercutir contra a população finalizou.

Na opinião, do empresário Joaquim Barbosa, é indispensável que o Governo dê a infra-estrutura primária aos loteamentos, e só assim exigir que os industriais façam o restante.

— Tem de ser dada atenção às classes de menor poder aquisitivo, pois ao se exigir uma coisa bonita só para quem tem dinheiro, o País está retroagindo. — salienta Joaquim Barbosa.

